

“CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE ENTRE ADOLESCENTES COM E SEM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA SEXUAL”¹

*Julliana Luiz Rodrigues*²

Rachel de Faria Brino

Lúcia Cavalcanti Albuquerque Williams

Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Os objetivos deste estudo consistiram em: verificar as concepções de sexualidade de adolescentes que passaram por violência sexual comparando as que não passaram e avaliar se os dois grupos de adolescentes (vítimas e não vítimas) diferiam quanto aos escores no Inventário de Depressão. A pesquisa foi realizada com 16 adolescentes do sexo feminino, sendo oito jovens vítimas de violência sexual, e outras oito jovens que jamais passaram por experiência deste abuso. Na maioria dos casos o agressor era próximo da vítima e houve a consumação do ato sexual vaginal. Verificou-se que as adolescentes que passaram por violência sexual, contrastando com as demais, demonstravam medo quanto a se envolverem com indivíduo do sexo oposto e também do ato sexual. Neste grupo foram encontradas idéias equivocadas acerca da sexualidade. Quanto a se sentir à vontade diante de um indivíduo do sexo oposto, todas as vítimas de abuso declararam que não se sentiam.

Palavras-chave: sexualidade; violência sexual; adolescente.

“SEXUALITY CONCEPTIONS IN ADOLESCENTS WITH AND WITHOUT A SEXUAL VIOLENCE HISTORY “

Abstract: The goals of this study consisted in verifying the sexuality conceptions of adolescents who have been victims of sexual violence compared to the ones who were not victims and to evaluate if both teenagers' groups (victims and not victims) differed regarding their scores in the Depression Inventory. The research was conducted with 16 female teenagers, eight youngsters victim of sexual violence, and eight non-victims. In most victims' cases the aggressor was someone close to the victim and involved consummation of the vaginal sexual act. It was verified that the adolescents who experienced sexual violence, contrasting with the others, demonstrated striking fear regarding involvement with an individual of the opposite sex and also of the sexual act. In such group, mistaken ideas concerning sexuality were observed. Regarding feeling comfortable in front of an individual of the opposite sex, all the abuse victims affirmed that they did not.

Key words: sexuality; sexual violence; adolescent.

Introdução

De acordo com Caminha (1999) infelizmente o Brasil ainda possui uma estrutura quase medieval na abordagem dos casos de abusos contra crianças, adolescentes e mulheres, entendendo abusos como um sinônimo de violência. Esses abusos podem ser classificados ou divididos em **negligência**, caracterizada por uma falha dos pais ou responsáveis na assistência e no provimento das necessidades básicas

da criança, como saúde, educação, respeito, alimentação; **abuso físico**, a forma mais comum de violência e está geralmente associada a uma forma de punição ou disciplina; **abuso psicológico**, presente em todas as formas de violência, embora possa ocorrer isoladamente, rejeição, degradação, exploração, isolamento e terrorismo (Pires, 1999).

Finalmente, o **abuso sexual** pode ser compreendido como uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, “voyeurismo”, pornografia

¹ Recebido em 15/02/06 e aceito para publicação em 24/07/06.

² Endereço para correspondência: Julliana Luiz Rodrigues, Rua Roberto de Jesus Affonso 1050, Sta Felícia, CEP: 13562-130, São Carlos – SP. E-mail: xulliana@ibest.com.br

e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física (Monteiro, Abreu & Phebo, 1997).

Um dado alarmante a respeito da violência física e sexual é que elas ocorrem, na maioria das vezes, dentro de casa, ou seja, os agressores são geralmente integrantes da família ou parte do núcleo central (Blay, 2003; Brino & Williams, 2003 a; Saffioti, 1997; Williams & Brino, 2004). A família, que deveria ser o lugar seguro, educativo e acolhedor, passa a ser o cenário de violências e de maus tratos.

Embora a violência esteja presente em todas as camadas sociais, é relevante que se ressalte que a pobreza, de uma forma geral, aumenta a incidência de doença mental e a possibilidade de ocorrência de conduta violenta contra as crianças. A pobreza aumenta em 22 vezes o risco de maus-tratos, 56 vezes, o de negligência educacional e 60 vezes, o risco de morte por abuso e/ou negligência (Day & cols. 2003).

As pesquisas têm apontado que as vítimas de abuso sexual concentram-se entre 7 e 16 anos de idade, e não em idades posteriores a 16, como se acreditava (Brino & Williams, 2003 b). As conseqüências do abuso sexual podem deixar marcas destrutivas no desenvolvimento cognitivo e social das vítimas. Vários estudos apontam para a ausência de discriminação, fobias, doenças psiquiátricas, o Transtorno Dissociativo e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) como distúrbios presentes na vida de jovens que passaram por episódios de violência (Caminha, 1999, Dancu & Foa, 1998).

Dancu e Foa (1998) mencionam que 94% das vítimas de estupro apresentavam critérios sintomáticos de TEPT logo após serem agredidas e, três meses depois, 47% ainda manifestavam o distúrbio. Em amostras envolvendo apenas mulheres com problemas psiquiátricos internadas em instituições, sendo alguns dos problemas crônicos, entre 22% e 57% delas eram vítimas de abusos diversos (Caminha, 1999).

De acordo com Pires (1999), problemas como depressão, condutas de isolamento, distúrbios sexuais e de aprendizagem, dificuldade nos relacionamentos, comportamentos hostis e agressivos, suicídio,

dentre outros, são alguns exemplos de conseqüências que atingiriam crianças e adolescentes vitimizados que poderiam ter uma vida saudável. Contudo, as conseqüências dos maus-tratos não se limitam a danos psicológicos. O impacto do extremo estresse pode deixar uma marca indelével na estrutura e função do hipocampo, como também no hemisfério esquerdo do cérebro (Teicher, 2002).

Caminha (1999) aponta que um dos maiores problemas posteriores nos casos de abuso sexual é a falta de prazer no sexo ou de autonomia por parte dos vitimizados, além da promiscuidade, distúrbios na sexualidade e a tendência à prostituição. Vítimas de abuso sexual enfrentam problemas relacionados ao sentimento de culpa, de auto-desvalorização e depressão (Azevedo, 1989). Quanto à adaptação interpessoal as vítimas podem apresentar recusa no estabelecimento de relações com homens, possivelmente devido ao medo da intimidade e ao receio de reviver experiências traumáticas vividas com o agressor, uma vez que intimidade sugere envolvimento sexual (Azevedo, 1989).

Freqüentemente observa-se que vítimas de abuso sexual se envolvem em relacionamentos insatisfatórios, dolorosos e nocivos, inclusive com parceiros que as exploram (Azevedo, 1989). A violência sexual especificamente possui um agravante ainda maior: além dos diversos problemas de adaptação psicossocial que as vítimas experimentam, essa violência se constitui em o delito possivelmente menos denunciado dentre todos (Williams, 2002). Estudos do IML (Instituto Médico Legal) e do PAVAS (Programa de Atenção a Vítimas de Abuso Sexual), em São Paulo, avaliam que apenas 10 a 15% dos casos são revelados (Saffioti, 1997).

A denúncia desse tipo específico de violência, quando realizada, acaba por expor a família envolvida, acarretando conseqüências na estrutura familiar, modificações emocionais, e, não raro, gerando sentimentos de humilhação e medo entre as pessoas envolvidas. Contudo, vale ressaltar que nos casos de violência em que a denúncia não é realizada, os episódios de abuso continuam a ocorrer, podendo inclusive tornarem-se mais freqüentes. Além disso, a víti-

ma continua a se expor aos efeitos da vitimização, agravando seus sintomas.

Estudos têm mostrado que diversos aspectos do abuso interferem no desenvolvimento e na gravidade dos sintomas. Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) citam um estudo dizendo que quanto mais próximo for o relacionamento com o agressor (pai ou padrasto) e quanto mais velha for a criança (especialmente adolescentes), maior será o impacto do abuso e mais difícil será o tratamento de suas conseqüências. O contexto familiar da vítima também contribui significativamente para o impacto do abuso sexual. Os pais e o apoio por eles fornecido têm um grande papel no impacto do trauma na criança (Kendall-Tackett & Cols., 1993). Segundo tais autores algumas das conseqüências observadas tendem a se reduzir com o passar do tempo, tal como ansiedade (por exemplo, problemas para dormir e medo do agressor), outras, porém, tendem a se intensificar se nenhuma intervenção terapêutica for realizada, como as preocupações relacionadas à sexualidade.

Assim, considerando o impacto que a violência sexual causa em suas vítimas, deixando marcas destrutivas em específico na área da sexualidade, o presente estudo procurou investigar quais seriam as possíveis alterações presentes nas noções de sexualidade. Os objetivos consistiram em: I) verificar a concepção de sexualidade de adolescentes que passaram por violência sexual em relação aos que não passaram e II) avaliar se as adolescentes que passaram por violência sexual diferiam significativamente quanto aos escores na escala de Auto-Estima e no Inventário de Depressão em relação às adolescentes que jamais foram vítimas de abuso sexual.

Método

Participantes

A pesquisa foi realizada com 16 adolescentes do sexo feminino, com idades entre 12 e 18 anos, divididos em dois grupos: o primeiro, constituído por oito jovens que passaram por episódios de violência sexual e o segundo grupo por oito jovens que jamais passaram por experiência de abuso sexual.

As adolescentes vítimas da violência sexual foram selecionadas de acordo com os casos encaminhados ao projeto de Intervenção a Vítimas de Violência no Conselho Tutelar (CT) de São Carlos, bem como casos denunciados ao CT ou a Delegacia de Defesa da Mulher. As não vítimas foram indicadas pelas adolescentes vítimas ou foram contatadas pessoalmente. O critério utilizado era que elas nunca tivessem vivenciado um episódio de abuso sexual. Para ambos os grupos de participantes o limite de idade estabelecido foi de 12 a 18 anos.

Instrumentos

1) *Formulário Sócio-Econômico* desenvolvido pela primeira autora que fornecia informações gerais sobre o participante, incluindo dados sócio-econômicos, idade, sexo, estado civil, etc.

2) Um *Roteiro de Entrevista Semi-estruturado*, contendo as seguintes categorias: Auto-Estima e envolvimento sexual (o que incluía medos e vontades em relação ao envolvimento), noções de sexualidade e como as adolescentes se percebiam quanto ao gênero, comportamentos sexuais pessoais, comportamentos do parceiro e a importância da sexualidade na vida dos adolescentes. Apenas para o grupo de adolescentes que passaram por violência sexual foi feita mais uma pergunta acerca da interferência que elas acreditavam que o abuso trouxera a suas vidas sexuais.

3) Um *Roteiro de Entrevista estruturado* para caracterização geral do abuso para o grupo de adolescentes que passou por algum episódio de violência sexual.

4) *Escala de Auto-Estima* (Rosenberg, 1965) contendo 10 itens que têm como finalidade avaliar o sentimento da satisfação do indivíduo em relação a si próprio.

5) *Inventário de Depressão – BDI* (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1979) contendo 21 itens concentrados principalmente nos sintomas cognitivos da depressão.

Procedimento

Antes da coleta de dados ter início, foi realizado um teste piloto com os instrumentos específicos

que seriam utilizados na pesquisa. Para isso, a entrevista sobre concepções de sexualidade foi conduzida com uma adolescente não vítima de abuso de 17 anos, e em seguida solicitou-se que ela respondesse os questionários de Auto-Estima e o Inventário de Depressão. Na testagem dos instrumentos verificou-se que não era necessário realizar reformulações de itens ou expressões, pois esses haviam sido bem compreendidos.

A coleta de dados teve início somente após a pesquisa ser aprovada pelo Conselho de Ética da Universidade Federal de São Carlos e após o consentimento dos adolescentes em fornecer as informações solicitadas por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram conduzidas em uma sala do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) localizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ou na própria residência do participante. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente.

Inicialmente, foi entregue o formulário sócio-econômico para ser preenchido pela adolescente participante, o que levou cerca de 10 minutos. Em seguida, cada adolescente foi entrevistada individualmente, seguindo-se o roteiro de concepções de sexualidade previamente elaborado. A duração das entrevistas variou de 30 a 40 minutos. Para as adolescentes que sofreram violência sexual, após a entrevista de concepção de sexualidade, foi realizada uma entrevista adicional, também individual, para caracterização do abuso sexual propriamente dito.

Finalmente, foram aplicados às participantes a Escala de Auto-Estima e o Inventário de Depressão, que necessitaram de aproximadamente 15 minutos para respondê-los.

Resultados

Caracterização das Participantes

As participantes – vítimas e não vítimas – eram do sexo feminino, solteiras e estudantes, com escolaridade variando desde ensino fundamental a ensino médio completo, com a exceção de três participantes vítimas de abuso sexual que haviam abandonado os

estudos. No grupo de vítimas a idade média obtida foi de 15,5 anos, e no grupo de não vítimas a idade média foi de 15,9.

A Tabela 1 a seguir sumariza os dados obtidos no Formulário Sócio-econômico das vítimas de abuso sexual e das não vítimas quanto à idade, escolaridade e pessoa com quem reside.

Participante	Idade	Anos de escolaridade	Reside com
V1	17	11	Mãe
V2	16	10	Tutora
V3	12	6	Pai e Mãe
V4	15	8	Mãe
V5	18	11	Pai e Mãe
V6	15	10	Pai e Mãe
V7	13	4	Pai e mãe adotivos
V8	18	8	Mãe
Média	15,5	8,5	
N1	17	11	Pai e Mãe
N2	14	8	Pai e Mãe
N3	13	7	Pai e Mãe
N4	16	10	Pai e Mãe
N5	17	11	Irmão
N6	16	10	Mãe
N7	17	10	Avós maternos
N8	17	11	Pai e Mãe
Média	15,9	9,75	

Tabela 1: Caracterização das Participantes Vítimas de Abuso Sexual (V) e das Não Vítimas (N)

Uma das participantes vítima (V6) estava grávida de quatro meses em decorrência do abuso sofrido e uma outra adolescente tinha uma filha de um ano de idade, também gerado em consequência da violência sexual.

Duas participantes (N2 e N3) eram irmãs consanguíneas e por isso residiam na mesma casa. N5 residia com o irmão, pois o pai e mãe já haviam falecido. N6 e V2 eram amigas, contanto, elas se consideravam “irmãs” porque frequentavam a mesma escola e residiam na mesma casa (a mãe de N6 detinha a guarda de V2).

Na Tabela 2 a seguir são apresentadas informações sobre profissão, escolaridade e renda familiar dos responsáveis pelas adolescentes vitimizadas.

Participante	Profissão mãe	Escolaridade de mãe	Profissão pai	Escolaridade Pai	Renda familiar (salário mínimo)
V1	Enfermeira	Ensino Superior completo	Falecido	Ensino superior completo	5,7
V2	Empregada Doméstica	Ensino médio completo	Não soube informar	Não soube informar	5
V3	Empregada Doméstica	Ensino fund. Incompleto	Porteiro	Ensino fund. incompleto	2,6
V4	Dona de casa	Ensino superior completo	Metabúrgico	Ensino médio completo	3,8
V5	Dona de casa	Ensino fundamental	Engenheiro	Ensino superior completo	21,1
V6	Dona de casa	Ensino fund. Incompleto	Lenhador	Ensino fund. incompleto	6,5
V7*	Aposentada	Não soube informar	Aposentado	Não soube informar	4,3
V8	Dona de casa	Ensino fund. Incompleto	Pedreiro	Ensino fund. Incompleto	2,3
Média da Renda					6,4

Tabela 2: Profissão/escolaridade dos responsáveis pelas Vítimas (V) e renda familiar

Em metade dos casos analisados do grupo de vítimas de abuso sexual, a mãe das adolescentes era composta por donas de casa, e a escolaridade variou de Ensino superior completo a Ensino fundamental incompleto. A profissão dos pais variou de ocupações manuais, como por exemplo, pedreiro, a cargos qualificados e a escolaridade esteve entre Ensino superior completo e Ensino fundamental incompleto. A renda familiar média das participantes do grupo de vítimas foi de 6,4 salários mínimos.

De uma maneira geral, as participantes vítimas de abuso sexual pertenciam à classe média baixa e possuíam um poder econômico reduzido. Metade dos pais das adolescentes vítimas de abuso sexual possuía menos de 11 anos de escolaridade, sendo que dentro dessa amostra, 75% deles não haviam concluído o Ensino fundamental. Apenas V8 colaborava com o total da renda familiar, trabalhando como operadora de caixa de supermercado.

Na Tabela 3 a seguir são apresentadas informações sobre a profissão, a escolaridade e a renda familiar dos responsáveis pelas adolescentes não vítimas que participaram do estudo.

Participante	Profissão mãe	Escolaridade mãe	Profissão pai	Escolaridade Pai	Renda familiar (salário mínimo)
N1	Dona de casa	Ensino fundamental	Aposentado	Ensino médio completo	6,5
N2	Química	Ensino superior completo	Engenheiro	Ensino superior completo	19,2
N3	Química	Ensino superior completo	Engenheiro	Ensino superior completo	19,2
N4	Costureira	Ensino fundamental	Fresador*	Ensino médio completo	5,2
N5	Falecida	Ensino fund. Incompleto	Falecido	Não soube informar	2
N6	Advogada	Ensino superior completo	Não soube informar	Não soube informar	5
N7	Vendedora de roupas	Ensino fundamental	Não soube informar	Não soube informar	3,8
N8	Copeira	Ensino fundamental	Autônomo	Ensino fund. Incompleto	3,8
Média da Renda					8

Tabela 3: Profissão/escolaridade dos responsáveis pelas não vítimas (N) e renda familiar

A escolaridade das mães das adolescentes do grupo de não vítimas variou de Ensino superior completo a Ensino fundamental incompleto; as profissões encontradas também foram distintas, variando desde dona de casa à advogada. A escolaridade dos pais de duas participantes era Ensino superior completo, de outras duas era Ensino médio completo. A renda familiar média obtida foi de 8,0 salários mínimos.

Apenas duas adolescentes deste grupo contribuíam com a renda familiar: N8 e N5, sendo que a última residia com o irmão e se sustentava com seu próprio salário e com o do irmão.

Caracterização do Abuso Sexual

A idade média do início do abuso foi de 11,5 anos. Em sete dos oito casos analisados o agressor era conhecido e próximo da vítima e em apenas um caso não se tratava de um parente da vítima. A duração média do abuso foi de 2,75 anos para aquelas vítimas que permaneceram sofrendo abuso em diversas ocasiões, com uma variação de um a quatro anos de duração.

A Tabela 4 sumariza os principais resultados da caracterização do abuso sexual.

Participante	Relação agressor-	Idade da vítima no início do abuso	Frequência do abuso	Duração do abuso
V1	Tio-sobrinha	7 anos	2 a 4x por semana	2 anos
V2	Pai-filha	11 anos	3 a 4x por semana	4 anos
V3	Desconhecido	11 anos	Uma única vez	Uma única vez
V4	Padrasto-enteada	13 anos	2x por mês	1 ano
V5*	Vizinho-vizinha	13 anos	Uma única vez	Uma única vez
	Namorado-namorada	15 anos	Não soube informar	1 ano
V6	Primo – prima	15 anos	Uma única vez	Uma única vez
V7	Padrasto-enteada	10 anos	Uma única vez	Uma única vez
V8	Pai-filha	12 anos	2x por mês	4 anos

Tabela 4: Características principais dos abusos sexuais ocorridos.

V3 sofreu atentado violento ao pudor uma única vez. V5 foi agredida sexualmente em momentos distintos por dois agressores diferentes. Primeiramente, ela sofreu uma tentativa de estupro e, alguns anos mais tarde, envolveu-se num relacionamento na qual era forçada a manter relações sexuais com o namorado. V6 foi vítima de estupro em uma vez, enfrentando uma gravidez como consequência.

Houve a consumação do ato sexual vaginal em seis das oito vítimas entrevistadas e em apenas um caso houve ocorrência de sexo anal. Em todos os casos observou-se que a violência sexual sempre esteve acompanhada por atos violentos físicos por parte do agressor. Com exceção de três participantes, em todos os demais casos, logo após a violência sofrida as adolescentes não revelaram, para qualquer pessoa, sobre o abuso, por medo de que as pessoas não acreditassem nelas.

Na Tabela 5 são apresentadas as principais características quanto à topografia do abuso sexual ocorrido e a realização ou não de denúncias para cada caso analisado.

Participante	Agressor	Topografia do Abuso	Outra Violência Utilizada	Denúncia	O que aconteceu com agressor
V1	Tio	Sexo vaginal e anal	Ameaça de punição e de morte	SIM	Absolvido
V2	Pai	Sexo vaginal, anal e oral	Ameaça de punição, morte, depreciação, agressão física.	SIM	Absolvido
V3	Desconhecido	Carícias nos órgãos genitais	Ameaça de morte e agressão física.	SIM	12 anos de prisão pelo assalto
V4	Padrasto	Sexo vaginal	Ameaças de punição e agressão física	SIM	7 anos de prisão, mas está em liberdade
V5	Vizinho	Carícias nos órgãos genitais	Ameaça de punição, morte, depreciação, agressão física.	NÃO	Não houve denúncia e/ou processo
V5	Namorado	Sexo vaginal	Ameaça de punição, depreciação, agressão física	NÃO	Não houve denúncia e/ou processo
V6	Primo	Sexo vaginal	Agressão física	SIM	O processo foi interrompido com a retirada da queixa.
V7	Padrasto	Sexo vaginal	Ameaça de punição, depreciação, agressão física.	NÃO	Não houve denúncia e/ou processo
V8	Pai	Sexo oral, carícias e proposta verbal	Ameaça de punição, morte, depreciação, agressão física.	SIM	Foi condenado, mas encontra-se em liberdade.

Tabela 5: Topografia do abuso e denúncias realizadas.

Dos oito casos de violência analisados, seis foram denunciados (V1, V2, V3, V4, V6 e V8). Uma das participantes (V6) retirou a queixa algum tempo depois da denúncia e o agressor de uma outra participante (V3) foi julgado por assalto e não pelo abuso cometido. Dos quatro casos de abuso sexual restantes que passaram por processo jurídico, dois agressores foram absolvidos (agressores de V1 e V2) e os outros dois foram condenados à prisão (agressores de V4 e V8), encontrando-se, no entanto, em liberdade.

Uma participante (V7) declarou ter membros da família com problemas de alcoolismo e de drogas. V2 relatou presenciar outro tipo de violência (assistiu em diversas vezes o pai agredir fisicamente a mãe).

Os dados da Tabela 6 resumem as informações sobre o tempo transcorrido entre o último episódio de violência sexual e a realização da entrevista.

Participante	Tempo entre último episódio de abuso e a auto-revelação	Tempo entre último episódio de abuso e entrevista
V1	5 anos	8 anos
V2	Não soube informar	1 ano e 6 meses
V3	1 dia	9 meses
V4	5 meses	1 ano e 9 meses
V5 (com o vizinho)	2 anos	5 anos
V5 (com namorado)	Não soube informar	2 anos e sete meses
V6	2 meses	4 meses
V7	2 dias	3 anos
V8	1 dia	2 anos

Tabela 6: Tempo transcorrido entre o abuso, auto-revelação e a entrevista.

O tempo transcorrido entre o último episódio de violência sexual e a realização da entrevista variou de quatro meses, no caso de V6, a oito anos, V1. A auto-revelação do abuso foi feita no dia seguinte em alguns casos (V8), e em outros, a violência só foi revelada após cinco anos (V1).

Concepções de Sexualidade

Verificou-se que todas as adolescentes que passaram por violência sexual, em contraste com as não vítimas, demonstravam medo marcante quanto a se envolver com indivíduo do sexo oposto ou quanto ao ato sexual propriamente dito. Esse medo era, geralmente, decorrente de ser abandonada ou rejeitada. Verificou-se que havia um medo acentuado entre as adolescentes que sofreram abuso sexual de vir a sofrer uma agressão novamente no namoro ou relacionamento. Aquelas que experienciaram violência física, relataram, também, ter receio de apanhar do parceiro, o que não apareceu no relato daquelas que passaram por violência sexual exclusivamente.

Nas noções relacionadas à obrigatoriedade do sexo nos relacionamentos e à fidelidade não foram encontradas diferenças entre as respostas dos dois grupos de adolescentes. Todas as adolescentes – vítimas e não vítimas – afirmaram que sexo não é algo obrigatório nos relacionamentos e

que é importante manter a fidelidade, sendo essa uma proposta a ser cumprida tanto pelo homem quanto pela mulher.

Quando questionadas se o sexo era bom e saudável, as respostas foram interessantes e distintas entre os grupos. As adolescentes vítimas indicaram que evitavam pensar sobre relações sexuais, não por vergonha, mas porque esse era um assunto que não lhes despertava interesse. O tema sexo foi tratado de forma vaga e como se estivesse distante de suas vidas. Seis entre oito delas demonstraram que sexo poderia ser algo ruim, porque era algo que doía ou porque ainda elas tinham muito presentes as imagens do abuso e não conseguiam relacioná-lo a algo prazeroso. Durante a entrevista com as adolescentes não vítimas de abuso sexual não foi encontrada afirmações sugestivas de evitação diante do sexo, e tampouco medo marcante quanto a ter relações sexuais. Ao contrário, todas as participantes não vítimas afirmaram que tinham vontade de se envolver com um parceiro mais intimamente, afirmando estar tranquilas quanto a isso.

Metade das participantes vítimas relatou que se sentiam incomodadas de serem tocadas por um parceiro em partes íntimas do corpo. Quanto a se sentir à vontade diante de um indivíduo do sexo oposto, todas as vítimas de abuso sexual declararam que não se sentiam, o que não se verificou entre as adolescentes não vítimas.

Quando as participantes foram questionadas se o abuso ocasionara mudanças em suas idéias sobre sexualidade (questionamento feito apenas para as vítimas), todas as respostas foram afirmativas. De uma maneira geral, o que se verificou nas vítimas de abuso sexual foi uma despreocupação/desinteresse com relação ao ato sexual e uma dificuldade em estabelecer relacionamentos com indivíduos do sexo masculino devido à concepção de que homem é “interesseiro, safado, aproveitador,” (relatado por V3, V4 e V8) e um medo marcante de se envolver com um parceiro que as agrida sexual e/ou fisicamente.

Escala de Auto-Estima

A Tabela 7 a seguir indica os dados obtidos na Escala de Auto-estima para ambos os grupos de adolescentes.

Participante	Pontuação	Participante	Pontuação
V1	27	N1	22
V2	31	N2	36
V3	32	N3	32
V4	26	N4	31
V5	31	N5	33
V6	25	N6	28
V7	30	N7	31
V8	24	N8	32
Total	226	Total	245
Média	28,2	Média	30,6

Tabela 7 Pontuação, total e média obtida pelas participantes vítimas de abuso sexual (V) e pelas não vítimas (N).

Na Escala de Auto-estima obteve-se uma média de pontuação muito próxima para o grupo das adolescentes vítimas e não vítimas de abuso sexual.

Inventário de Depressão (BDI).

A tabela 8 sumariza os dados obtidos no Inventário de Depressão para ambos grupo de adolescentes.

Participante	Escore	Resultado	Participante	Escore	Resultado
V1	7	Depressão ausente	N1	16	Depressão leve
V2	3	Depressão ausente	N2	1	Depressão ausente
V3	6	Depressão ausente	N3	3	Depressão ausente
V4	19	Depressão moderada	N4	14	Depressão leve
V5	6	Depressão ausente	N5	2	Depressão ausente
V6	26	Depressão moderada	N6	9	Depressão ausente
V7	26	Depressão moderada	N7	8	Depressão ausente
V8	27	Depressão moderada	N8	5	Depressão ausente
Total	120		Total	58	
Média	15		Média	7,25	

Tabela 8: Resultados Obtidos no BDI com as adolescentes vítimas de abuso sexual (V) e com as não vítimas (N).

Metade das participantes vítimas de abuso sexual (V4, V6, V7 e V8), obtiveram o diagnóstico de Depressão Moderada a partir do Inventário. Cabe ressaltar que a participante V1 relatou que antes de fazer psicoterapia encontrava-se depressiva, melhorando muito após quatro anos de tratamento. Seis em oito participantes não vítimas (N2, N3, N5, N6, N7 e N8) não apresentaram depressão; as outras duas restantes apresentaram depressão leve. A diferença da média dos escores obtidos no Inventário para cada grupo foi acentuada: o grupo de vítimas apresentou um escore duas vezes maior do que o grupo de não vítimas.

Discussão

A maioria das participantes do estudo pertencia a um nível sócio econômico de baixo poder aquisitivo. Tudo leva a crer que, aquelas adolescentes provenientes de famílias de menor poder aquisitivo procuraram realizar a denúncia de abuso sexual. A participante que possuía a maior renda familiar entre o grupo das adolescentes vitimizadas não realizou a denúncia nas duas ocasiões em que sofrera abuso, alegando medo de abalar a imagem da família. Embora a amostra seja restrita, tal fato vem confirmar a idéia de que a denúncia dos casos de violência ainda está restrita a uma certa classe social; quanto maior o poder econômico da vítima envolvida, maior o receio de prejudicar a imagem da família e de haver repercussão do caso na sociedade (Saffioti, 1997).

A partir do relato das adolescentes nota-se que na maioria dos casos o agressor era conhecido e próximo da vítima, corroborando a idéia de que em grande parte dos casos de violência sexual, o agressor mora na mesma residência da vítima e tem com ela uma relação de parentesco (Flores, 1998; Brino & Williams, 2003 b).

Durante a realização das entrevistas foi possível notar, adicionalmente, que as adolescentes vítimas de abuso sexual tinham dificuldades de conversar sobre sexo com seus pais. Todas relataram que não se sentiam à vontade para conversar com a mãe sobre assuntos íntimos, como, por exemplo, namoro e sexo, preferindo não falar sobre tais temas dentro de casa. O medo de revelar sobre o abuso também foi alimentado pela distância afetiva que as garotas demonstraram ter em relação aos seus pais. Elas afir-

maram que tiveram grande receio de contar do abuso sofrido porque seus pais não acreditariam em seus relatos, temendo ser penalizadas pela ocorrência do abuso.

Uma participante (V7) demonstrou sentir-se muito sozinha devido ao seu histórico de abandono. Quanto maior a distância afetiva com os pais, foi possível notar maior dificuldade de enfrentamento com relação ao abuso. As adolescentes que tiveram grande apoio materno demonstraram maior segurança para conversarem sobre a violência sofrida. Tal fato encontra respaldo na literatura (Kendall-Tackett & cols., 1993, Williams, 2002).

Esse relacionamento ténue com os pais não foi verificado entre as adolescentes não vítimas. Elas relataram ter um bom vínculo com seus pais, estabelecendo com eles diálogos saudáveis sobre diversos assuntos. Todas adolescentes não vítimas demonstraram ter liberdade dentro da família e espaço para expor medos, dúvidas e opiniões. Assim, o que foi encontrado no presente estudo fortalece a idéia de que jovens que sofreram abuso sexual na infância são mais prováveis de terem sido criados em um ambiente familiar precário, com vínculo parental pobre e cuidado maternal insuficiente, sendo frequentemente punidas com violência física quando crianças (Fergusson, Horwood & Lynskey, 1997).

O apoio dos pais tem um grande papel no impacto do trauma na vítima de violência. Quando os pais demonstram compreensão, carinho, acreditando no relato do filho, a criança desfruta de maior segurança, pois a família se une, tomando as providências com o objetivo de amenizar as conseqüências do abuso (Brino, 2003; Williams, 2002).

Nas famílias em que se supõe que o apoio recebido fora insuficiente ou precário, pôde-se verificar que as adolescentes continuavam com um relacionamento distante de seus responsáveis, mantendo uma relação superficial com quem poderia ser uma fonte importante de acolhimento. Durante a entrevista, elas demonstraram maior dificuldade em falar sobre o abuso sexual, dando respostas vagas e confusas, parecendo estar inseguras e comentavam que não gostavam de falar sobre esse assunto porque mal tinham conseguido contar para a própria mãe. Assim, os resultados obtidos mostram que o apoio maternal

ou a falta desse contribui para aumentar ou amenizar os sintomas da vitimização sexual (Kendall-Tackett & cols., 1993).

Alguns dos sintomas decorrentes do abuso sexual, tais como atividade sexual precoce, uso de substâncias, gravidez na adolescência e fugir de casa (Kendall-Tackett & cols., 1993) puderam ser observados em algumas das vítimas entrevistadas. As adolescentes vítimas de abuso sexual demonstraram grande receio em se envolver sexualmente com algum parceiro. Elas relataram que se sentiam muito inseguras para um relacionamento amoroso por diversos motivos: não conseguiam expressar corretamente o que sentiam, tinham receio de serem forçadas a manter relações sexuais, de sofrerem maus-tratos e de serem desprezadas pelo parceiro. De maneira geral, todas estavam receosas e amedrontadas.

As adolescentes que passaram por violência sexual e física, demonstraram medo de sofrerem futuras agressões. Aquelas cujo abuso ocorreu durante muito tempo também pareciam mais preocupadas com a possibilidade de conhecer um parceiro violento. Esse dado reforça a idéia de que algumas características do abuso, como o tempo de ocorrência do mesmo, sua freqüência, uso de força e grau de parentesco com o agressor, são importantes na determinação do desenvolvimento e gravidade dos sintomas (Kendall-Tackett & cols., 1993).

A recusa de um relacionamento, segundo Azevedo (1989), pode estar relacionada ao medo da intimidade e ao receio de reviver experiências traumáticas vividas com o agressor, uma vez que intimidade sugere envolvimento sexual e isto é o que se verifica nos casos analisados. Quanto a afirmação de Caminha (1999) de que um dos maiores problemas posteriores nos casos de abuso sexual é a falta de prazer no sexo ou de autonomia por parte dos vitimados, foi constatado na entrevista com as vítimas: elas afirmavam que tinham perdido o interesse por sexo, que não queriam se envolver intimamente com pessoa alguma. Uma das adolescentes vítimas (V5) chegou a relatar que não conseguia atingir orgasmos na relação sexual. Tal ocorrência pode estar ligada ao fato de ela ter sido uma vítima de abuso sexual, uma vez que tal verbalização não surgiu nas entrevistas com as não vítimas.

Sete das oito vítimas entrevistadas assinalaram que estavam menos interessadas em sexo, numa das questões do BDI. Destas, duas (V7 e V8) disseram que haviam perdido totalmente o interesse por sexo. Considerando que a maioria das participantes vítimas apresentavam algum grau de depressão como consequência do abuso sexual sofrido, a inibição do desejo sexual justifica-se, pois a Depressão é reconhecida como inibidor do desejo sexual, segundo a literatura (Lue, Basson, Rosen, Guiliano, Khoury & Montorsi, 2003).

As adolescentes não vítimas relataram ter receios nitidamente diferentes das outras participantes quanto a namorar um rapaz, apontando: medo de engravidar, de amar e não ser correspondida e de perder a amizade das amigas. Quando questionadas se tinham interesse por sexo, a resposta foi afirmativa em todos os casos. Na questão do Inventário a respeito do interesse nas atividades sexuais, elas escolheram a alternativa “não observei nenhuma mudança recente no meu interesse por sexo.” A idéia de ser forçada a manter relações sexuais, de ter um parceiro agressivo não era algo que chegava a ser considerado por elas.

Os dados referentes à Escala de Auto-estima indicam que as adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam auto-estima próxima às não vítimas. Cabe ressaltar que, dentre as participantes do grupo de vitimizadas, as que obtiveram as menores pontuações foram as duas participantes (V4 e V6) que engravidaram em consequência da violência sexual sofrida e uma outra (V8) que apresentou dificuldade em aceitar seu corpo físico como era, dizendo que se pudesse gostaria de “*nascer novamente e ser outra pessoa*”. Para uma das adolescentes que engravidara, a experiência abusiva era ainda recente.

No geral, as vítimas de abuso sexual não demonstraram estar insatisfeitas com seus corpos. Não foi verificado comportamentos auto-depreciativo marcantes. Porém, sete das oito vítimas afirmaram na Escala de Auto-estima que gostariam de se valorizar mais. Durante a entrevista, nas falas de V4 e V6 ficou explícito o descontentamento com a gravidez enfrentada, e no relato de V8 a despreocupação com a aparência física, o desinteresse por um envolvimento

amoroso, e a falta de perspectiva com relação ao futuro (casamento, ter filhos, encontrar alguém que as ame).

Os dados obtidos no Inventário de Depressão refletem que as três vítimas de abuso sexual que apresentaram o diagnóstico de Depressão moderada eram as mesmas que tiveram as menores pontuações na Escala de Auto-Estima. Nos dados coletados observou-se que quanto mais recente a ocorrência do abuso e mais severo (com consequências graves, como uma gravidez indesejada), mais provável que a pessoa estivesse passando por momentos depressivos, que tendem a diminuir com o passar do tempo (Kendall-Tackett & cols., 1993).

A adolescente cujo tempo transcorrido entre o último episódio de abuso e a realização da entrevista era o maior (8 anos) mostrou maior facilidade em falar da experiência abusiva e menor receio de conversar sobre sua sexualidade. Além da ocorrência do abuso não ter sido tão recente para esta vítima, ela também estava em tratamento psicoterápico há cinco anos, o que não foi verificado em nenhuma outra participante. A segurança que esta adolescente demonstrou em relatar sobre o abuso sexual e em conversar sobre sexo, deve ser interpretada considerando-se o fato de ela se encontrar em terapia. A própria participante afirmou que: “*só consigo contar tudo isso tranqüilamente graças aos cinco anos de terapia. Antes não conseguia nem pensar nesse assunto que ficava muito triste, muito chateada. Nunca conseguiria conversar com alguém disso.*”. Assim, pode-se inferir que a exposição e o fato de já ter falado muito sobre o abuso em uma situação adequada e acolhedora – a terapia – contribuíram para que o tema pudesse ser abordado com segurança e menos desconforto.

Um aspecto de extrema gravidade que o presente estudo revelou foi a impunidade do sistema judiciário brasileiro ao tratar as denúncias de abuso sexual. Apenas metade dos casos analisados foram julgados e dentre esses, nenhum agressor sofreu as penalizações devidas. A constatação da impunidade dos casos denunciados, embora isto não fosse o objetivo da pesquisa, mostra o quanto ainda é deficitário o sistema judiciário brasileiro nos casos de abuso sexual infantil (Williams & Brino, 2004).

É importante ressaltar limitações desse estudo, sendo uma dessas o número reduzido de participantes. Apesar de o estudo ter sido planejado para incluir um grupo maior de adolescentes, cabe ressaltar que devido ao tema íntimo e complexo abordado a adesão foi dificultada. Além disso, outras dificuldades foram encontradas para a triagem de vítimas de abuso sexual como, por exemplo, a de localizar as vítimas que tivessem a idade estabelecida. Além disso, quando a busca das vítimas ocorreu por meio dos casos denunciados no Conselho Tutelar e na Delegacia de Defesa da Mulher, as informações que possibilitavam entrar em contato com as vítimas (número de telefone) estavam erradas ou incompletas na maioria dos casos, impedindo que o contato pudesse ser feito.

Futuros estudos poderiam ser realizados com o mesmo tema – sexualidade das vítimas de abuso sexual – ampliando-se a amostra e incluindo-se a discussão de aspectos não abordados nesta pesquisa, como o desempenho escolar e o número de parceiros com quem teve envolvimento sexual. Apesar das limitações o estudo rendeu informações ricas e pertinentes ao objetivo estipulado em uma área ainda pouco trilhada pela literatura brasileira.

Referências

Azevedo, M. A. (1989). *Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. São Paulo: Iglu Editora.

Beck, A. T.; Rush, A. J.; Shaw, B. F.; Emery, G. (1979). *Cognitive therapy of depression: A treatment manual*. New York: Guilford Press.

Blay, E. A. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, v.17, n.49, 79-98.

Brino, R. F. (2003). Avaliação de um Programa de Intervenção com Educadoras Acerca da Prevenção do Abuso Sexual Infantil. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (2003a). *Caracterização dos casos denunciados de Abuso Sexual Infantil no município de São Carlos*. Resumos de comunicações científicas. XXXIII Reunião

Anual de Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia. Belo Horizonte.

Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (2003 b). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 113-128.

Caminha, R. M. (1999). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. Em AMENCAR, (Org.), *Violência Doméstica*, (pp.43-60). São Leopoldo: Amencar.

Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G. & Blank, P. (2003). Violência Doméstica e suas Diferentes Manifestações. *Revista de Psiquiatria*, v.25, n.1, 9-21.

Dancu, C. V. & Foa, E. B. (1998). Distúrbio do estresse pós-traumático. In A. Freeman & F. M. Dattilio (Eds.), *Cognitive-Behavioral Strategies in Crisis Intervention*. New York: The Guilford Press.

Fergusson, D. M., Horwood, L. J., Lynskey, M. T. (1997). Childhood Sexual Abuse, Adolescent Sexual Behaviors and Sexual Revictimization. *Child Abuse & Neglect*, v.21, n.8, 789-803.

Flores, R. Z. (1998). Definir e medir o que são abusos sexuais. Em M. F. P. Leal & M. A. César (Orgs.), *Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. (pp.57-67). Brasília: Ministério da Justiça – CESE.

Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M. & Finkelhor, D. (1993). Impact of Sexual Abuse on Children: A Review and Synthesis of Recent Empirical Studies. In *Psychological Bulletin*, v.113, n.1, 164-180.

Lue, T., Basson, R., Rosen, R., Guiliano, F., Khoury, S., Montorsi, F. (2003). *Sexual medicine - Sexual disfunctions in men and womem*. Paris: Editions 21.

Monteiro L., Abreu, V. I., & Phebo, L. B. (1997). *Abuso Sexual: Mitos e Realidade*. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados.

Pires, J. M. A. (1999). Violência na infância: aspectos clínicos. Em Assembléia Legislativa, Comis-

são de Cidadania e Direitos Humanos. *Violência Doméstica*, p.61-70. Brasília: UNICEF.

Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self image*. Princeton: University Press.

Saffioti, H. I. B. (1997). No Fio da Navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. Em F. R. Madeira (Org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. (pp. 135-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.

Teicher, M.H. (2002). Feridas que não cicatrizam: A neurobiologia do abuso infantil. *Scientific American Brasil*, 1, 83-89.

Williams, L. C. A. (2002). Abuso Sexual Infantil. Em H. J. Guilhardi; M. B. P. Madi; P. P. Queiroz & M. C. Scoz, (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição: Expondo a Variabilidade* (pp. 155-164). Santo André: ESETEC Editores Associados.

Williams, L. C. A. & Brino, R. F. (2004). *Child Sexual abuse charges in a mid-size Brazilian city: Where do we go from here?* International Research Conference. Portsmouth: NH, EUA.

Apoio: **CNPq/Pibic**